

ABA E AUTISMO: MUITO ALÉM DE TÉCNICAS E DIAGNÓSTICOS

ABA AND AUTISM: FAR BEYOND TECHNIQUES AND DIAGNOSES

Andrea Gonçalves¹

Resumo

O artigo aborda a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no contexto do autismo, destacando sua relevância não apenas como um conjunto de técnicas ou protocolos diagnósticos, mas como uma abordagem centrada no desenvolvimento integral da pessoa. Discutem-se os fundamentos teóricos da ABA, sua aplicação em diferentes contextos — escolar, clínico e social — e a importância de considerar aspectos individuais, culturais e emocionais do sujeito. Argumenta-se que o sucesso das intervenções depende não apenas da implementação de estratégias comportamentais, mas também da compreensão do autismo como uma condição multifacetada, em que habilidades, preferências e experiências individuais devem orientar a prática profissional. Por fim, o artigo enfatiza a necessidade de uma abordagem ética, humanizada e centrada na pessoa, reforçando que ABA é uma ferramenta de promoção da autonomia, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com transtorno do espectro autista.

Palavras-chave: ABA; autismo; intervenção comportamental; desenvolvimento integral; inclusão social.

Abstract

The article addresses Applied Behavior Analysis (ABA) in the context of autism, highlighting its relevance beyond mere techniques or diagnostic protocols, emphasizing a person-centered approach focused on holistic development. Theoretical foundations of ABA, its applications in educational, clinical, and social settings, and the importance of considering individual, cultural, and emotional aspects are discussed. It is argued that the success of interventions relies not only on implementing behavioral strategies but also on understanding autism as a multifaceted condition, where skills, preferences, and individual experiences guide professional practice. Finally, the article underscores the need for an ethical, humanized, and person-centered approach, reinforcing that ABA is a tool for promoting autonomy, quality of life, and social inclusion for individuals with autism spectrum disorder.

Keywords: ABA; autism; behavioral intervention; holistic development; social inclusion.

¹ Universitat de Barcelona, U.B., Espanha. E-mail: andreag.psicologia@gmail.com.



<https://orcid.org/0009-0004-8002-0550>

1 INTRODUÇÃO

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA, do inglês *Applied Behavior Analysis*) é um método científico consolidado que busca compreender e influenciar o comportamento humano por meio de princípios testados e evidências empíricas (Cooper et al, 2022; Goyos, 2009). Originada na psicologia experimental, a ABA ganhou destaque nas últimas décadas, principalmente em contextos clínicos voltados ao autismo, mostrando-se uma das práticas mais eficazes no desenvolvimento de habilidades e redução de comportamentos desafiadores (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024). No entanto, sua aplicação vai muito além do espectro autista, abrangendo intervenções educativas, clínicas e sociais que exigem uma compreensão profunda do comportamento humano (Rodas Valencia, 2015; Rodriguez, 2019).

Apesar de seu potencial, observa-se uma crescente oferta de cursos rápidos e treinamentos superficiais que prometem capacitar profissionais para atuar com ABA em pouco tempo. Tal abordagem simplista ignora a complexidade do método, que combina teoria sólida, habilidades práticas e supervisão contínua (Rodriguez, 2019). A consequência é a formação de profissionais despreparados, capazes de aplicar técnicas sem entender seus fundamentos ou consequências, o que pode comprometer a eficácia das intervenções e, em casos extremos, prejudicar o desenvolvimento e o bem-estar dos indivíduos atendidos (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a formação necessária para a prática de ABA, destacando que o método não se limita ao tratamento do autismo e que sua aplicação requer responsabilidade ética, conhecimento aprofundado e sensibilidade para compreender as particularidades de cada indivíduo (Cooper *et al.*, 2022; Goyos, 2009). Ao explorar fundamentos teóricos, aplicações diversas e implicações éticas, busca-se oferecer aos leitores uma visão ampla e consciente da ABA, incentivando práticas profissionais que vão além da execução mecânica de técnicas, e que reconhecem a riqueza do comportamento humano em diferentes contextos (Rodas Valencia, 2015; Rodriguez, 2019).

2 O QUE É ABA E SEUS FUNDAMENTOS

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) constitui-se como uma ciência aplicada derivada da Análise Experimental do Comportamento, cujo marco inicial está nos trabalhos de B. F. Skinner sobre o comportamento operante, publicado ainda nas décadas de 1930 e 1940. Skinner contribuiu para a formulação de conceitos fundamentais, como reforço, extinção, controle de estímulos e contingências de reforçamento, que se tornaram a base da prática analítico-comportamental (Skinner, 1953/2003). Posteriormente, Ole Ivar Lovaas (psicólogo, pesquisador e professor norueguês, radicado nos Estados Unidos) destacou-se na aplicação clínica da ABA, sobretudo com crianças diagnosticadas com autismo, ao demonstrar em seus estudos pioneiros que intervenções intensivas e sistematizadas poderiam promover ganhos significativos de linguagem, habilidades cognitivas e sociais (Lovaas, 1987; Matos; Mustaca, 2019). Lovaas é notório por ter sido um dos primeiros pesquisadores a modificar comportamentos de crianças autistas utilizando a Análise do comportamento aplicada. Esse marco histórico consolidaram a ABA como uma prática científica, respaldada por dados empíricos e replicáveis, que hoje se estende a múltiplos contextos.

Entre os conceitos centrais da ABA, destacam-se os princípios do reforço, da análise funcional e das contingências de comportamento. O reforço positivo corresponde à apresentação de um estímulo que aumenta a probabilidade de um comportamento ocorrer novamente, enquanto o reforço negativo se refere à retirada de um estímulo aversivo após a emissão de uma resposta, também aumentando sua frequência (Rodas Valencia, 2015; Goyos, 2009). Ambos os processos são fundamentais na compreensão da aprendizagem e constituem ferramentas poderosas na modificação comportamental. A análise funcional, por sua vez, permite identificar as relações entre antecedentes, respostas e consequências, favorecendo a compreensão da função que um comportamento desempenha no repertório do indivíduo e orientando a elaboração de planos de intervenção individualizados (Silva, Pereira, 2018; Vasconcelos; Muchon, 2024). Nesse sentido, o enfoque vai além da simples descrição de comportamentos, buscando compreender os determinantes ambientais e contextuais que os mantêm.

A aplicação da ABA pode ser diferenciada entre contextos clínicos e contextos educativos, por exemplo. No âmbito clínico, é amplamente utilizada para intervenção em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), atraso no desenvolvimento e transtornos de comportamento, com foco em aquisição de habilidades comunicativas, sociais e adaptativas, bem como na redução de comportamentos disruptivos (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024). Já no campo educacional, a ABA contribui para o ensino estruturado, promoção de aprendizagem acadêmica e desenvolvimento de habilidades de autonomia, oferecendo estratégias para professores e mediadores que buscam lidar com dificuldades de aprendizagem ou ampliar repertórios acadêmicos (Rodriguez, 2019; Cooper *et al.*, 2022). Em países, como por exemplo, Portugal e Brasil, estudos recentes apontam a relevância da utilização da ABA tanto em contextos escolares inclusivos quanto na capacitação docente para lidar com a diversidade em sala de aula (Goyos, 2009; Silva; Pereira, 2018).

A análise dos fundamentos da ABA revela que os conceitos de reforço positivo e negativo, análise funcional e princípios do comportamento não devem ser compreendidos apenas como definições abstratas, mas como instrumentos metodológicos de intervenção que, quando aplicados de forma criteriosa, permitem mudanças consistentes no repertório comportamental dos indivíduos. No caso do reforço positivo, estudos demonstram que a introdução de estímulos agradáveis, como elogios, brinquedos ou acesso a atividades preferidas, pode aumentar substancialmente a frequência de respostas adaptativas em crianças com dificuldades de aprendizagem (Rodriguez, 2019; Goyos, 2009). Por outro lado, o reforço negativo, muitas vezes mal interpretado como punição, desempenha um papel essencial ao reduzir a exposição a estímulos aversivos, como no caso de uma criança que aumenta a comunicação funcional para escapar de tarefas excessivamente difíceis, substituindo comportamentos disruptivos por alternativas socialmente adequadas (Rodas Valencia, 2015).

Os fundamentos da ABA repousam sobre uma sólida tradição científica, articulando princípios comportamentais a diferentes contextos de aplicação. Seja no campo clínico ou no educativo, a efetividade da ABA depende não apenas do uso de técnicas isoladas, mas da integração de conceitos centrais, análise cuidadosa de cada caso e responsabilidade ética na sua prática.

A análise funcional é considerada o coração da prática analítico-comportamental, pois permite compreender as funções dos comportamentos, indo além de sua topografia. Em contextos clínicos, essa análise possibilita identificar, por exemplo, se um comportamento de autoagressão está sendo mantido por atenção social, fuga de demandas ou autorreforço sensorial. Em ambientes educativos, auxilia professores na compreensão de por que determinados alunos apresentam comportamentos de evasão escolar ou dificuldades de concentração, permitindo o planejamento de estratégias específicas de ensino (Silva; Pereira, 2018; Vasconcelos; Muchon, 2024). A análise funcional oferece não apenas diagnóstico situacional, mas também delineamento de intervenções personalizadas, aumentando a eficácia das práticas pedagógicas e clínicas.

No que se refere aos princípios do comportamento, a ABA opera a partir da compreensão das contingências que governam a interação do indivíduo com o ambiente. O comportamento não é visto como expressão interna ou meramente resultado de predisposições biológicas, mas como produto da história de reforçamento e do contexto atual em que o sujeito está inserido (Skinner, 2003).

Esse entendimento implica reconhecer que diferentes indivíduos responderão de modo diverso às mesmas contingências, uma vez que cada repertório é moldado por experiências únicas. Em Portugal, por exemplo, pesquisas na área educacional têm destacado como os princípios da ABA podem auxiliar na construção de programas individualizados para alunos com necessidades educativas especiais, promovendo maior inclusão escolar e eficácia no ensino de habilidades acadêmicas. Estudos conduzidos por Silva Pereira destacam a importância da intervenção precoce, do envolvimento familiar e da adaptação das estratégias educativas às especificidades de cada aluno, especialmente no contexto de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) (Silva; Pereira, 2018). Além disso, a autora enfatiza que programas individualizados baseados em ABA não apenas favorecem o desenvolvimento de competências acadêmicas e sociais, mas também contribuem para o bem-estar e a participação ativa das famílias, reforçando a dimensão ética e inclusiva das intervenções (Silva; Pereira, 2018).

A ABA tem se mostrado valiosa na promoção de aprendizagens acadêmicas e sociais em diferentes níveis de ensino. Estruturas como o ensino por tentativas discretas (*Discrete*

Trial Training – DTT) e o ensino incidental têm sido aplicadas com sucesso em salas de aula inclusivas, favorecendo não apenas estudantes com necessidades específicas, mas também populações diversas que se beneficiam de estratégias baseadas em reforçamento sistemático (Rodas Valencia, 2015). O interesse pela integração da ABA em práticas pedagógicas, não como um modelo exclusivo, mas como ferramenta de apoio à educação inclusiva e diferenciada vem crescendo em vários países (Goyos, 2009).

Outra dimensão relevante diz respeito à diferenciação entre aplicações clínicas e educativas. No campo clínico, as intervenções costumam enfatizar a redução de comportamentos-problema e o ensino de habilidades adaptativas em populações específicas, como indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou transtornos do desenvolvimento. Programas baseados em ABA têm mostrado resultados expressivos na aquisição de linguagem, aumento de interações sociais e autonomia pessoal (Lovaas, 1987; Matos, Mustaca, 2019). Já em contextos educativos, a ênfase está na aprendizagem acadêmica e comportamentos escolares, como atenção, autocontrole e resolução de problemas. Nessas situações, a ABA oferece ferramentas práticas para professores planejarem contingências que favoreçam o engajamento dos alunos, promovam a aprendizagem ativa e reduzam comportamentos de evasão ou desatenção (Rodriguez, 2019; Cooper et al, 2022).

É importante destacar que, embora clínicas e escolas apresentem demandas distintas, ambas compartilham um elemento essencial: a necessidade de aplicação ética e contextualizada dos princípios da ABA. Como alertam Vasconcelos e Muchon (2024), a simples utilização de técnicas sem análise da função comportamental pode levar a práticas mecânicas, pouco eficazes ou até prejudiciais. Dessa forma, a competência do profissional reside não apenas no conhecimento teórico, mas na capacidade de interpretar o comportamento em seu contexto e aplicar intervenções ajustadas às necessidades individuais.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) oferece um conjunto robusto de princípios e ferramentas que, quando empregados com rigor científico e sensibilidade ética, podem transformar tanto práticas clínicas quanto educativas (Cooper *et al.*, 2022; Rodriguez, 2019). O aprofundamento em seus fundamentos históricos e conceituais demonstra que se

trata de uma ciência aplicada com potencial de promover mudanças significativas no desenvolvimento humano, exigindo, no entanto, uma formação sólida e crítica para evitar reducionismos e distorções de sua prática (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

A Análise do Comportamento Aplicada, portanto, deve ser compreendida não apenas como um conjunto de técnicas, mas como uma ciência que integra princípios filosóficos, teóricos e práticos. Nesse sentido, o conceito de **reforçamento** é um dos pilares fundamentais. Estes princípios básicos permitem explicar uma ampla gama de comportamentos, desde aprendizagens simples até processos complexos de interação social (Rodriguez, 2019). Outro ponto de destaque é a **análise funcional do comportamento**, procedimento que busca identificar relações entre antecedentes, respostas e consequências, constituindo o alicerce para intervenções eficazes (Cooper *et al.*, 2022). Essa análise vai além da descrição do comportamento, pois permite compreender sua função no ambiente, favorecendo a construção de planos de intervenção que respeitam a singularidade do indivíduo (Vasconcelos; Muchon, 2024).

A distinção entre aplicações clínicas e educativas não implica uma separação rígida, mas sim uma adaptação dos princípios da ABA aos diferentes contextos. Enquanto na clínica a ênfase é sobre a modificação de comportamentos desadaptativos e o fortalecimento de repertórios funcionais, no ambiente educacional a prioridade é promover condições de ensino que favoreçam a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais (Rodas Valencia, 2015; Cooper *et al.*, 2022).

2.1 Exemplos de Programas de ABA em Contextos Clínicos e Educativos

A aplicação prática da ABA é evidenciada em diversos programas estruturados que demonstram eficácia comprovada em diferentes populações e contextos. No **campo clínico**, um exemplo clássico é o **Early Intensive Behavioral Intervention (EIBI)**, desenvolvido por Lovaas (1987), destinado a crianças com Transtorno do Espectro Autista. Este programa utiliza ensino por tentativas discretas (*Discrete Trial Training* – DTT), modelagem, reforço positivo e

análise funcional contínua para promover habilidades de comunicação, interação social e comportamentos adaptativos. Estudos de acompanhamento indicam que crianças submetidas a EIBI por mais de 20 horas semanais durante períodos prolongados apresentam ganhos significativos em QI, linguagem receptiva e expressiva, além de autonomia pessoal (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

Outro exemplo de aplicação clínica é o **Programa de Treinamento de Habilidades Sociais baseado em ABA**, empregado com adolescentes e adultos com dificuldades de interação social. O programa envolve reforço diferencial, *role-playing* e ensino incidental para promover respostas socialmente adequadas em situações do cotidiano, como fazer amigos, resolver conflitos e comunicar necessidades. Pesquisas realizadas na América Latina evidenciam que intervenções estruturadas dessa forma resultam em aumentos significativos de comportamentos pró-sociais e redução de comportamentos problemáticos (Rodas Valencia, 2015; Matos, Mustaca, 2019).

No **contexto educativo**, programas como o **TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Communication Handicapped Children*)** adaptados a princípios de ABA têm mostrado eficácia em salas de aula inclusivas, promovendo a aprendizagem de habilidades acadêmicas e sociais em crianças com necessidades educacionais especiais. Técnicas de encadeamento de tarefas, reforço positivo sistemático, ensino incidental e generalização de habilidades permitem que os alunos adquiram competências acadêmicas e comportamentais que se mantêm em múltiplos contextos (Cooper *et al.*, 2022; Silva; Pereira, 2018).

Além disso, a ABA tem sido aplicada em programas de **ensino individualizado e intervenção comportamental precoce** em escolas. Por exemplo, o uso de sistemas de reforço visual (como cartões de estrelas ou tabelas de recompensas) para aumentar a participação em atividades escolares tem demonstrado resultados positivos na atenção, engajamento e aquisição de habilidades cognitivas e sociais (Goyos, 2009; Silva; Pereira, 2018).

Em termos de supervisão e implementação, todos os programas eficazes compartilham características essenciais: **avaliação inicial detalhada, definição clara de objetivos, monitoramento constante do progresso e adaptação de estratégias com base na análise funcional**. Essa abordagem garante que intervenções sejam individualizadas, éticas e

baseadas em evidências, minimizando riscos e maximizando resultados (Rodriguez, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

Estudos latino-americanos demonstram que a **fidelidade na aplicação de ABA** é diretamente proporcional aos resultados obtidos. Profissionais que recebem supervisão contínua e treinamento estruturado conseguem manter altos níveis de coerência nas intervenções, aumentando a eficácia tanto em contextos clínicos quanto educativos (Matos; Mustaca, 2019; Rodas Valencia, 2015).

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) se mostra uma ciência aplicada com impacto comprovado, desde programas intensivos clínicos voltados ao desenvolvimento de habilidades essenciais até intervenções educativas que promovem inclusão e aprendizagem efetiva (Cooper *et al.*, 2022; Goyos, 2009; Silva; Pereira, 2018). A combinação de teoria, prática supervisionada e avaliação contínua garante que os programas não apenas ensinem habilidades específicas, mas também contribuam para o desenvolvimento global e o bem-estar dos indivíduos (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024; Rodriguez, 2019).

3 IMPLICAÇÕES ÉTICAS E RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL EM ABA

A prática da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) exige não apenas conhecimento técnico e teórico, mas também **compromisso ético e responsabilidade profissional**. O profissional de ABA atua diretamente sobre o comportamento humano, o que confere grande impacto sobre o desenvolvimento, a autonomia e o bem-estar dos indivíduos atendidos. Assim, qualquer decisão mal fundamentada ou intervenção aplicada de forma inadequada pode causar **prejuízos significativos**, especialmente em populações vulneráveis, como crianças com Transtorno do Espectro Autista, pessoas com deficiências cognitivas ou dificuldades de aprendizagem (Rodriguez, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

Um dos princípios éticos fundamentais é o **respeito à dignidade e individualidade do cliente**. Intervenções devem ser planejadas considerando não apenas a eficiência do procedimento, mas também o impacto emocional e social sobre o indivíduo, assegurando que objetivos sejam alcançados sem coerção ou sofrimento desnecessário (Cooper *et al.*, 2022).

Além disso, a ABA exige **transparência e consentimento informado**, garantindo que pais, responsáveis ou os próprios clientes compreendam os métodos, objetivos e potenciais efeitos da intervenção (Goyos, 2009; Matos; Mustaca, 2019).

Outro aspecto central é a **fidelidade e supervisão na aplicação das técnicas**. Profissionais sem experiência ou supervisão contínua podem cometer erros na implementação de protocolos, como reforço inadequado, análise funcional incorreta ou falha na generalização de habilidades. A supervisão estruturada, atualização constante e adesão a protocolos baseados em evidências são cruciais para a eficácia e segurança das intervenções (Rodas Valencia, 2015; Silva; Pereira, 2018).

A **formação contínua e a reflexão crítica** também se configuram como elementos éticos essenciais. Um profissional de ABA deve manter-se atualizado sobre novos métodos, pesquisas e práticas, avaliando constantemente a pertinência e os resultados de suas intervenções. A combinação de formação teórica, prática supervisionada e atualização científica constitui a base para decisões éticas e eficazes, prevenindo abordagens mecânicas ou superficiais que comprometam o desenvolvimento do cliente (Rodriguez, 2019; Cooper *et al.*, 2022).

Em contextos educativos, a responsabilidade ética se estende à adaptação das estratégias ABA ao ambiente escolar, garantindo **inclusão, equidade e respeito às diferenças individuais**. Intervenções pedagógicas devem considerar o ritmo de aprendizagem de cada aluno, promovendo habilidades acadêmicas e sociais sem gerar exclusão ou estigmatização (Silva; Pereira, 2018; Goyos, 2009).

A prática ética em ABA requer que o profissional adote uma postura **preventiva e reflexiva**, antecipando possíveis consequências negativas das intervenções e avaliando constantemente a adequação das estratégias. A responsabilidade profissional não se limita à execução correta das técnicas, mas envolve **compromisso com o bem-estar do indivíduo, aplicação criteriosa de métodos e atualização contínua**, garantindo que a ABA cumpra seu propósito de promover mudanças comportamentais significativas, sustentáveis e respeitadas (Matos; Mustaca, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

4 PREPARAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM ABA: RISCOS DE TREINAMENTOS SUPERFICIAIS E A IMPORTÂNCIA DA SUPERVISÃO

A popularização da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) trouxe consigo um fenômeno preocupante: a crescente oferta de cursos rápidos que prometem capacitar profissionais para atuar em contextos clínicos e educacionais de alta complexidade. Embora possam fornecer uma introdução inicial ao tema, tais formações se mostram insuficientes diante da densidade teórica e prática que a ABA exige. Profissionais mal preparados tendem a aplicar técnicas de forma mecânica, sem compreensão dos princípios subjacentes, o que pode gerar intervenções ineficazes e, em alguns casos, provocar resultados prejudiciais ao desenvolvimento e ao bem-estar dos indivíduos atendidos (Rodriguez, 2019; Matos; Mustaca, 2019).

A ausência de sólida formação teórica compromete a capacidade do analista de compreender a função dos comportamentos, levando à utilização de estratégias descontextualizadas ou inadequadas. Por exemplo, a aplicação de reforços sem análise funcional prévia pode manter ou até intensificar comportamentos indesejados, em vez de reduzi-los (Skinner, 1953/2003; Cooper *et al.*, 2022). Da mesma forma, a falta de supervisão prática coloca em risco tanto a qualidade do atendimento quanto a segurança dos pacientes, sobretudo no caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, que demandam intervenções individualizadas e ajustadas a suas necessidades específicas (Vasconcelos; Muchon, 2024).

Nesse sentido, torna-se evidente que a formação adequada em ABA deve integrar **três dimensões fundamentais**: (1) uma base teórica sólida, que possibilite o entendimento dos princípios e das variáveis que controlam o comportamento; (2) experiências práticas supervisionadas, em que o estudante possa aplicar o conhecimento em contextos reais com acompanhamento de profissionais experientes; e (3) uma postura ética, orientada pelo compromisso de assegurar intervenções baseadas em evidências (Goyos, 2009; Rodas Valencia, 2015).

Caminhos de capacitação mais consistentes envolvem **programas de pós-graduação lato e stricto sensu**, que garantem não apenas a transmissão de conhecimento, mas também

a imersão em práticas supervisionadas e a inserção em comunidades científicas que promovem constante atualização. Além disso, **cursos reconhecidos por associações profissionais** e **supervisões clínicas contínuas** são estratégias que contribuem para o desenvolvimento de competências práticas e para o fortalecimento da identidade profissional (Cooper *et al.*, 2022; Matos; Mustaca, 2019).

A falta de formação adequada em ABA não se restringe apenas à teoria; ela se manifesta de forma concreta nas práticas profissionais. Intervenções conduzidas por indivíduos sem preparo suficiente podem resultar em **aplicação inadequada de reforços, falhas na análise funcional e generalização limitada de comportamentos aprendidos**. Por exemplo, um profissional que não compreende corretamente a função de um comportamento de fuga pode reforçar, inadvertidamente, comportamentos de evitação em uma criança, aumentando sua resistência a demandas educacionais ou terapêuticas (Rodriguez, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024). Em contextos clínicos, tais erros podem comprometer meses de intervenção e impactar diretamente o desenvolvimento cognitivo, social e emocional do indivíduo (Lovaas, 1987; Matos; Mustaca, 2019).

A ausência de **supervisão prática contínua** representa um risco crítico. Diferentemente de cursos rápidos, que oferecem apenas exposição teórica, programas de pós-graduação e treinamentos reconhecidos possibilitam que o aprendiz aplique técnicas sob acompanhamento de profissionais experientes, permitindo correções imediatas e refinamento das habilidades (Cooper *et al.*, 2022; Goyos, 2009). Supervisões periódicas também favorecem a reflexão ética sobre decisões clínicas e educativas, evitando abordagens mecânicas que desconsiderem as necessidades individuais. Estudos latino-americanos indicam que a presença de supervisão estruturada aumenta significativamente a eficácia de intervenções ABA, ao mesmo tempo em que reduz incidências de práticas inadequadas (Matos; Mustaca, 2019; Rodas Valencia, 2015).

Adicionalmente, a **capacitação contínua** deve incluir a participação em seminários, workshops e comunidades de prática, que promovam a troca de experiências entre profissionais de diferentes regiões e contextos. Em diferentes países, programas de formação estruturada, combinando teoria e prática supervisionada, têm demonstrado ser mais eficazes do que cursos de curta duração, principalmente quando voltados para intervenções em

crianças com TEA ou indivíduos com necessidades educacionais especiais (Matos; Mustaca, 2019; Rodas Valencia, 2015). Esses estudos também destacam que profissionais formados por programas estruturados apresentam maior competência técnica, maior fidelidade à aplicação das intervenções e melhor capacidade de adaptação a diferentes contextos (Goyos, 2009; Silva; Pereira, 2018).

Cursos rápidos e treinamentos superficiais podem criar a falsa sensação de competência, mas não garantem a segurança e a eficácia das intervenções. O desenvolvimento de habilidades em ABA exige tempo, prática supervisionada, reflexão ética e compromisso contínuo com atualização científica. Apenas profissionais que recebem **formação acadêmica robusta**, combinada com **supervisão qualificada**, estão aptos a aplicar os princípios da ABA de forma segura, eficaz e responsável, promovendo resultados positivos no desenvolvimento de habilidades e na qualidade de vida dos indivíduos atendidos.

5 ABA ALÉM DO AUTISMO

Embora a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) seja amplamente reconhecida por sua eficácia no tratamento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), seu potencial vai muito além desse contexto. A ABA constitui uma abordagem científica versátil que pode ser aplicada em **diversos cenários**, desde o desenvolvimento de habilidades sociais até a modificação de comportamentos em ambientes clínicos, educativos e organizacionais.

No **desenvolvimento de habilidades sociais**, a ABA tem sido empregada para ensinar comportamentos pró-sociais em crianças, adolescentes e adultos sem diagnósticos de TEA. Técnicas como modelagem, reforço diferencial e ensino incidental permitem que indivíduos adquiram competências de comunicação, colaboração e resolução de conflitos em contextos escolares, familiares e comunitários (Rodas Valencia, 2015; Matos; Mustaca, 2019). Por exemplo, programas de treinamento de habilidades sociais em escolas latino-americanas têm promovido melhorias significativas na cooperação em sala de aula, na empatia entre pares e na participação em atividades grupais (Silva; Pereira, 2018).

Em **intervenções para dificuldades de aprendizagem**, a ABA é utilizada para estruturar o ensino de habilidades acadêmicas, desde leitura e escrita até matemática e habilidades cognitivas complexas. Estratégias como ensino por tentativas discretas, encadeamento de tarefas e reforço positivo sistemático permitem que alunos com diferentes perfis de aprendizagem desenvolvam competências de forma mais eficiente (Goyos, 2009; Cooper *et al.*, 2022). Estudos em escolas indicam que a aplicação de princípios ABA auxilia alunos com déficit de atenção, dificuldades de memória de trabalho e problemas de organização acadêmica, promovendo aumento de rendimento e autonomia (Silva; Pereira, 2018).

No **contexto clínico não relacionado ao TEA**, a ABA também é aplicada na modificação de comportamentos desadaptativos, como fobias, hábitos prejudiciais, comportamentos aditivos e dificuldades de autocontrole. Técnicas de reforço diferencial, análise funcional e exposição graduada têm demonstrado eficácia na redução desses comportamentos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (Rodriguez, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024). Por exemplo, programas de intervenção comportamental em adolescentes com comportamentos de risco demonstraram redução significativa em padrões de agressividade e impulsividade, com ganhos concomitantes em habilidades de tomada de decisão (Matos; Mustaca, 2019).

Além disso, a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem sido aplicada em **contextos organizacionais e de treinamento profissional**, com o objetivo de otimizar desempenho, engajamento e compliance. Técnicas como análise funcional de tarefas, reforço positivo, feedback sistemático e estabelecimento de metas comportamentais têm sido empregadas para aumentar produtividade, reduzir erros operacionais e melhorar o clima organizacional. Estudos em empresas latino-americanas e europeias indicam que a aplicação de ABA em gestão de desempenho contribui para maior eficiência operacional, motivação dos colaboradores e redução de comportamentos contraproducentes (Cooper *et al.*, 2022; Rodas Valencia, 2015).

A ABA demonstra-se uma ferramenta **cientificamente validada e versátil**, capaz de promover mudanças comportamentais significativas em diversos contextos, não se limitando ao tratamento do autismo. Seu uso eficaz depende de avaliação detalhada, planejamento individualizado, aplicação baseada em evidências e supervisão qualificada, garantindo que

intervenções sejam seguras, éticas e ajustadas às necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo (Rodriguez, 2019; Silva; Pereira, 2018).

Vale ressaltar que a ABA tem se expandido para **intervenções comunitárias e sociais**, incluindo programas de prevenção de comportamentos de risco, promoção de hábitos saudáveis e capacitação de populações vulneráveis. Estratégias de análise funcional combinadas com reforço contingente têm sido utilizadas para aumentar a adesão a práticas de saúde, participação comunitária e desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, demonstrando que os princípios da ABA podem ser aplicados de forma ampla e flexível, adaptando-se a diferentes necessidades e contextos culturais (Vasconcelos; Muchon, 2024; Matos; Mustaca, 2019).

A ABA além do autismo demonstra sua **versatilidade e eficácia** em múltiplos contextos: no desenvolvimento de habilidades sociais, na intervenção em dificuldades de aprendizagem, na modificação de comportamentos clínicos e educacionais, na otimização de desempenho organizacional e na promoção de comportamentos socialmente desejáveis. O sucesso dessas aplicações depende da avaliação contínua, da personalização das intervenções, do uso de técnicas baseadas em evidências e da supervisão qualificada, reafirmando a ABA como uma ferramenta robusta, ética e cientificamente fundamentada (Rodriguez, 2019; Cooper *et al.*, 2022; Silva, Pereira, 2018).

6 REFLEXÕES ÉTICAS E FILOSÓFICAS

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) frequentemente é associada exclusivamente ao tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, limitar sua aplicação a esse contexto representa uma **visão restritiva e filosófica da abordagem**, que ignora sua potencialidade como método científico capaz de compreender, prever e modificar comportamentos em diversos contextos (Cooper *et al.*, 2022; Matos; Mustaca, 2019). Essa percepção reducionista pode gerar **práticas profissionais superficiais**, centradas apenas na execução de técnicas padronizadas, sem reflexão crítica sobre as necessidades individuais dos clientes.

A filosofia do behaviorismo radical, que fundamenta a ABA, postula que **todo comportamento é moldado por contingências ambientais e sociais**, sendo sujeito a análise, modificação e compreensão contextualizada. Essa perspectiva exige que o profissional se distancie de uma abordagem puramente mecanicista e abrace uma visão holística do comportamento humano, considerando não apenas os resultados observáveis, mas também os efeitos indiretos sobre o ambiente e a vida do indivíduo (Rodriguez, 2019).

Do ponto de vista ético e filosófico, o profissional de ABA deve ir além da simples aplicação de procedimentos técnicos. É essencial que o analista compreenda **a singularidade do comportamento humano**, reconhecendo fatores ambientais, sociais e emocionais que influenciam a manifestação de cada comportamento (Rodriguez, 2019). Essa compreensão exige sensibilidade, empatia e capacidade de interpretar sinais comportamentais de forma contextualizada, promovendo intervenções que respeitem a autonomia e dignidade do indivíduo.

A ética profissional na ABA, portanto, não se restringe ao cumprimento de normas técnicas; envolve a **responsabilidade de compreender profundamente o impacto de cada intervenção**, avaliando consequências imediatas e a longo prazo. Por exemplo, reforçar comportamentos acadêmicos ou sociais de forma inadequada pode gerar efeitos colaterais, como dependência de reforços externos ou diminuição da motivação intrínseca. O analista deve, então, desenvolver uma **consciência crítica e reflexiva**, aplicando princípios de forma contextualizada, ajustando procedimentos conforme a resposta do cliente e priorizando o bem-estar integral (Silva; Pereira, 2018; Vasconcelos; Muchon, 2024).

A responsabilidade social do profissional também merece destaque. A ABA não atua isoladamente; suas intervenções impactam famílias, escolas, comunidades e organizações. Portanto, o analista deve considerar **a diversidade cultural, étnica e social**, adaptando estratégias de forma inclusiva e ética (Vasconcelos; Muchon, 2024). Respeitar a pluralidade de valores, crenças e experiências dos clientes é um imperativo ético, que garante que as mudanças comportamentais promovidas sejam funcionais, sustentáveis e socialmente responsáveis.

Refletir sobre a prática profissional de ABA implica reconhecer que **cada intervenção tem consequências**. Técnicas aplicadas de maneira mecânica ou descontextualizada podem

gerar efeitos adversos, como reforço de comportamentos indesejados, aumento da ansiedade ou diminuição da motivação (Silva, Pereira, 2018). Assim, o analista deve assumir uma postura crítica, avaliando constantemente os resultados das intervenções e ajustando procedimentos com base em evidências empíricas e considerações éticas.

As reflexões éticas e filosóficas na ABA desafiam o profissional a assumir um papel **integral e humanizado**, que vai além da execução mecânica de técnicas. É necessário cultivar **empatia, responsabilidade social e compreensão profunda do comportamento humano**, reconhecendo que a intervenção efetiva depende não apenas de procedimentos científicos, mas também da sensibilidade do analista diante da diversidade de experiências humanas. Ao expandir sua visão, o profissional contribui para uma prática mais rica, ética e eficaz, capaz de impactar positivamente a vida de indivíduos e comunidades (Cooper *et al.*, 2022; Matos; Mustaca, 2019; Rodriguez, 2019).

Outro ponto central é o **respeito à diversidade**. Em contextos multiculturais, o analista encontra valores, crenças e normas sociais distintas. Uma intervenção que funcione em determinado contexto cultural pode ser ineficaz ou até prejudicial em outro. A ABA, portanto, requer do profissional **sensibilidade cultural e empatia**, garantindo que estratégias comportamentais sejam adaptadas sem comprometer princípios éticos fundamentais. Essa postura ética também envolve **responsabilidade social**, na medida em que o impacto da intervenção se estende a famílias, instituições escolares, comunidades e organizações (Cooper *et al.*, 2022).

Além disso, as reflexões filosóficas em ABA incentivam uma compreensão mais ampla do papel do profissional: não se trata apenas de **“aplicar técnicas”**, mas de atuar como um **agente de transformação consciente**, capaz de interpretar sinais comportamentais complexos, identificar contingências relevantes e promover mudanças significativas de forma ética e empática. Essa perspectiva exige formação continuada, supervisão qualificada e uma postura crítica constante, alinhando a prática profissional com valores humanos, científicos e sociais (Matos; Mustaca, 2019; Rodriguez, 2019).

Refletir sobre a ética e a filosofia da ABA implica reconhecer que o comportamento humano não pode ser fragmentado em respostas isoladas. Cada intervenção deve ser concebida como parte de um **sistema maior de relações**, no qual o analista considera os

efeitos sobre a autonomia, autoestima e integração social do indivíduo. Assim, a prática da ABA torna-se não apenas uma aplicação científica, mas também um compromisso ético, filosófico e social, promovendo mudanças que respeitam a dignidade, diversidade e potencial de cada pessoa (Cooper *et al.*, 2022; Vasconcelos; Muchon, 2024).

7 CONCLUSÃO

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é um **método científico robusto e amplamente validado**, capaz de compreender, prever e modificar o comportamento humano em múltiplos contextos. Sua eficácia é resultado de décadas de pesquisa experimental, protocolos estruturados e aplicação sistemática de princípios comportamentais, como reforço positivo e negativo, análise funcional, modelagem e encadeamento de tarefas (Cooper *et al.*, 2022; Matos; Mustaca, 2019). No entanto, a efetividade da ABA depende diretamente da **formação adequada do profissional**, da supervisão contínua e da aplicação criteriosa e individualizada dos procedimentos.

Embora o público e os contextos mais conhecidos da ABA estejam relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, é fundamental ressaltar que seu **potencial vai muito além dessa população**. Intervenções baseadas em ABA podem ser aplicadas na educação, no desenvolvimento de habilidades sociais, na modificação de comportamentos em contextos clínicos e organizacionais e na promoção de mudanças comportamentais em comunidades diversas. Essa amplitude evidencia a **versatilidade do método** e reforça a necessidade de uma visão crítica e informada por parte do analista (Rodriguez, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

Ademais, a prática da ABA não deve se restringir à execução mecânica de técnicas. Ela requer **reflexão ética, sensibilidade e empatia**, considerando as particularidades de cada indivíduo e o impacto das intervenções sobre seu ambiente, autonomia e bem-estar. O profissional deve assumir uma postura responsável, consciente do efeito de suas ações e do papel social que desempenha, respeitando a diversidade e promovendo mudanças sustentáveis e positivas (Silva; Pereira, 2018; Cooper *et al.*, 2022).

Portanto, este artigo convida o leitor a **refletir sobre a prática ética e consciente da ABA**, reconhecendo que seu valor vai além da aplicação técnica: ele reside na capacidade de transformar vidas de maneira científica, ética e humanizada. Ao compreender o comportamento humano em sua complexidade e ao aplicar o método com responsabilidade, o analista de comportamento contribui não apenas para resultados eficazes, mas para a promoção do **bem-estar, autonomia e inclusão social** de cada indivíduo atendido, reforçando o caráter transformador e socialmente relevante da ABA (Matos; Mustaca, 2019; Rodriguez, 2019).

A responsabilidade social da ABA também se estende à **redução de barreiras e preconceitos** que frequentemente afetam pessoas autistas ao longo da vida. O método pode ser um agente de transformação social, promovendo **inclusão educacional, oportunidades de emprego, participação em comunidades e reconhecimento das potencialidades individuais**, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Cooper *et al.*, 2022). A reflexão ética que atravessa a prática da ABA reforça a importância de uma **formação sólida e contínua**, supervisão qualificada e sensibilidade profissional, pois o verdadeiro valor do método reside não apenas nos resultados imediatos, mas na **promoção de vidas mais autônomas, dignas e socialmente integradas**, para crianças, adolescentes e adultos com TEA. O convite feito a todos os profissionais é o de **agir com consciência, empatia e responsabilidade social**, reconhecendo que a ABA, quando aplicada de forma ética e abrangente, é uma poderosa ferramenta de promoção do bem-estar e da inclusão social, impactando positivamente indivíduos e comunidades (Matos; Mustaca, 2019; Rodriguez, 2019; Vasconcelos; Muchon, 2024).

REFERÊNCIAS

COOPER, J. O. *et al.* (ed.). **Análisis aplicado de conducta**. 2. ed., ed. ampliada en español. ABA España, 2022.

GOYOS, C. **ABA: ensino da fala para pessoas com autismo**. São Paulo: Memnon, 2009.

LOVAAS, O. I. *Behavioral Treatment and Normal Educational and Intellectual Functioning in Young Autistic Children*. **Journal of Consulting & Clinical Psychology**, 55, 3-9., 1987.

MATOS, M. de los A.; MUSTACA, A. E. *Análisis comportamental aplicado (ACA) y trastornos generalizados del desarrollo (TGD): su evaluación en Argentina*. **Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento**, v. 11, n. 2, p. 36–47, 2019. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/194248>. Acesso em 30 set. 2025.

RODAS VALENCIA, R. *Análisis conductual aplicado*. Manizales: Universidad de Manizales, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292137272_Analisis_conductual_aplicado. Acesso em 24 set. 2025.

RODRIGUEZ, A. S. de. **Princípios e práticas do método ABA**. [S. l.]: Independently Published, 2019.

SILVA, M. A.; PEREIRA, A. P. Intervenções analítico-comportamentais em contexto escolar: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 171–186, 2018.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de J. C. Todorov; R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Obra original publicada em 1953.

VASCONCELOS, L. G. de A.; MUCHON, M. M. *Intervenciones conductuales centradas en el análisis conducta aplicado a pacientes con Trastorno del Espectro Autista: una revisión de la literatura*. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 3, e461083319, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i3.46108>. Acesso em 29 set. 2025.

Como citar este artigo: GONÇALVES, Andrea. ABA e autismo: muito além de técnicas e diagnósticos. **EVOXIA – INTERNACIONAL JOURNAL OF SCIENTIFIC INNOVATION**, Blumenau, SC, v. 1, n.1, dez. 2025.

Conflitos de interesse: Em conformidade com as boas práticas de publicação científica, a autora declara a inexistência de conflitos de interesse de natureza comercial, financeira ou associativa que possam influenciar, de forma direta ou indireta, o conteúdo e os resultados apresentados neste manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

SOBRE A AUTORA

Andrea Gonçalves é Pós-doutora em Psicologia pela Universidade de Valência, Espanha. Doutora em Ciências da Educação pela Universitat de Barcelona, U.B., Espanha. Mestre em Desenvolvimento Profissional par a Qualidade Educativa pela Universitat de Barcelona, UB, Espanha. Graduação em Psicologia pela Sociedade Blumenauense de Ensino Superior, IBES SOCIESC. Diretora da Uninq University.

Recebido em 04 de outubro de 2025.

Revisado em 06 de outubro de 2025.

Aprovado em 06 de outubro de 2025.

© Associação Brasileira de Editores Científicos - ABEC
Este é um artigo de acesso aberto, licenciado de acordo com os
termos da *Creative Commons*, permitindo uso
e compartilhamento conforme suas diretrizes.

